



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ

EDITAL Nº 006, DE 03 DE JUNHO DE 2022

DIVULGA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DO 13º EXAME DE SELEÇÃO – PARA VAGAS DISPONÍVEIS E CADASTRO RESERVA - DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ

O PROCURADOR COORDENADOR DA PRM ANGRA DOS REIS/RJ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria PR/RJ Nº 602, de 16/08/2021 e com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU Nº 378, de 9 de agosto de 2010, alterada pelas Portarias PGR/MPU Nº 576, de 12 de novembro de 2010 e Portaria PGR Nº 155 de 30 de março de 2011, resolve:

Art. 1º. Divulgar o gabarito preliminar da prova objetiva do 13º Exame de seleção – para vagas disponíveis e cadastro reserva - do quadro de estagiários do curso de Direito da Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis/RJ. (ANEXO)

Art. 2º.– Abrir prazo, nos dias 06/06/2022 e 07/06/2022 para a interposição de recursos conforme Capítulo VII, do edital PRM Angra dos Reis/RJ nº 001/2022;

§1º. As razões do(s) recurso(s) devem ser apresentadas de forma individualizada para cada questão, em folhas separadas.

§ 2º. O recorrente não deve identificar-se nas razões do recurso.

§ 3º. O candidato deverá indicar o enunciado da questão para qual irá interpor recurso no formulário de recurso,

§ 4º. Os recursos deverão ser enviados pelo e-mail
prj-coordangra@mpf.mp.br

(assinado eletronicamente)

ALDO DE CAMPOS COSTA

Procurador da República

Procurador Coordenador da PRM Angra dos Reis/RJ

ANEXO

TGP

1) Assinale a alternativa CORRETA:

o Ministério Público não poderá prestar orientação jurídica aos Estados e à União.

2) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

todas as outras afirmativas são corretas.

3) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

a citação somente será válida se efetuada no domicílio legal do réu;

4) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

o reconhecimento do pedido pelo réu após a citação acarreta a perda superveniente do interesse de agir;

5) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

após a propositura da ação, caso queira alterar o pedido ou a causa de pedir, o autor deverá aguardar a citação e o consentimento do réu;

6) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

o juiz decidirá imediatamente sobre as questões do artigo 337 do Código de Processo Civil, arguidas em contestação pelo réu, dispensada a manifestação prévia do autor;

7) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

o juiz procederá ao julgamento antecipado do mérito quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável;

8) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

a reunião de processos para julgamento conjunto a fim de evitar a prolação de decisões conflitantes requer a existência de conexão entre as respectivas causas de pedir;

9) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

a desistência da ação deve ser apresentada até o início da fase instrutória do processo;

10) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alterna-

tiva correspondente:

verificando que não houve intimação do Ministério Público em processo em que deveria atuar, o juiz decretará imediatamente a nulidade dos atos praticados até então;

DIREITO CRIMINAL

11) Jaciro com 80 anos foi internado no hospital Geral de Bonsucesso, hospital federal na cidade do Rio de Janeiro, com obstrução intestinal. Feitos os exames é realizada a retirada de um tumor e colocada uma bolsa de colostomia até uma possível recomposição da estrutura do intestino que é trocada duas vezes ao dia. Suas duas filhas, Márcia e Mércia, se revezam no acompanhamento do pai. Márcia é dedicada e prontamente se põe a avisar se o pai está com febre ou se a bolsa está cheia de fezes. Mércia é relapsa, está mais interessada em passar o tempo vendo vídeos viralizados no Tik Tok. Certo dia, quando Márcia chega para render Mércia, após adverti-la pela desatenção constata que o pai estava com as fezes vazando e com temperatura altíssima. Ela chama a enfermeira que inicia a limpeza e entra com medicação. Contudo, o quadro do pai piora a partir daquele dia e ele desenvolve uma septicemia vindo a falecer seis dias depois. Inconformada, Márcia comunica o fato na Delegacia da Polícia Federal acusando todas as enfermeiras das equipes que cuidaram de seu pai no dia em que constatou a febre e a falta de higiene, mas também sua irmã, Mércia. O delegado relata o inquérito indiciando todas com o seguinte fundamento, Art. 121, §3º c/c Art. 13 § 2º, letra “b” (enfermeiras) e Art. 121, §3º c/c Art. 13 § 2º, letra “a” (Mércia).

Sobre as conclusões jurídicas do delegado o membro do MPF deve reputá-la:

incorreta porque a filha não tem dever jurídico de cuidar do pai durante a internação se este dever se liga aos cuidados médicos do hospital e incorreta quanto às enfermeiras por não haver uma referência que indique que foram os maus cuidados que levaram ao óbito.

12) *“Quando a tipicidade da conduta é definida pela integração entre um tipo penal da parte especial do Código Penal com um preceito da parte geral, como no caso da tentativa (Art. 14, II, CP), afirmamos estar diante de uma _____ na medida em que a conduta realizada não alcançou a plena realização do tipo, mas será punida pela incidência da norma de extensão.”* A expressão que completa adequadamente o texto é:

tipicidade indireta.

13) O artigo 327 do Código Penal conceitua funcionário público para fins dos crimes funcionais.

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

Essa norma penal é denominada:

explicativa.

14) Assinale a alternativa incorreta sobre os institutos da Parte Geral do Direito Penal:

no conceito analítico de crime, segundo compreensão dominante na doutrina, a punibilidade é o quarto elemento.

15) A afirmação de que *“a causa da causa também é causa do que foi causado”*:

permite que o instigador do instigador do autor do homicídio responda pelo delito.

16) Sobre a tentativa assinale a alternativa correta:

o Código Penal adota um marco objetivo para delimitação da possibilidade de punição da tentativa, o começo da execução.

17) Após renderem um indivíduo que se encontra aparentemente sob efeito de drogas e perambulando por uma rodovia, dois policiais rodoviários federais iniciam o acompanhamento do indivíduo até a viatura, mas sem algemá-lo. De repente o indivíduo arranca a arma do policial que vai à frente e dispara duas vezes contra ele alvejando-o. Ato contínuo o segundo policial atira e acerta a cabeça do agressor matando-o. O primeiro policial morreu no local e a perícia comprovou que o indivíduo era dependente de crack e já havia sido interdito por sua família, o que justificaria estar andando entre os carros naquela rodovia federal onde tudo ocorreu.

Sobre a situação concreta assinale a alternativa correta:

o segundo policial pode alegar legítima defesa de terceiro ou própria, pois a excludente de ilicitude permite a defesa diante de agressão iminente.

18) A natureza do estado de necessidade segundo nosso ordenamento jurídico é de:

excludente da ilicitude.

19) Em momento de extrema irritação Jorge xingou o Juiz Federal que conduzia a audiência de conciliação em processo por ele movido contra a Caixa Econômica Federal. Denunciado por desacato Jorge alegou através da Defensoria Pública da União que era um sujeito muito nervoso e que, às vezes, perdia o controle, mas não o fazia por mal. O defensor pleiteou a absolvição sumária diante da ausência de dolo de ofender o magistrado,

em que pese a clareza solar da ofensa (“Seu juizeco de m...”).

Na qualidade de estagiário do MPF você deverá aconselhar o Procurador da República a:

a dizer presente o dolo, que é extraído dos elementos concretos, e afastar a alegação de Jorge uma vez que emoção e paixão não tem o condão de excluir a culpabilidade do agente.

20 – A lavagem de dinheiro é um delito parasita. Sua existência depende da ocorrência de uma infração penal anterior de onde provenha o benefício econômico que será objeto de uma ação de lavagem. Assim, quem recebe uma propina para praticar um ato irregular (corrupção passiva) e depois deposita o dinheiro na conta de um terceiro (laranja) comete lavagem de dinheiro. São duas condutas distintas e dois momentos consumativos diferentes. Assim, diante das normas que regem a extinção da punibilidade no Código Penal, se a corrupção for alcançada pela prescrição o delito de lavagem de dinheiro:

não será afetado ex vi o Artigo 108 do CP.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21) Decisão administrativa de autoridade competente que deixa de explicitar os fatos e fundamentos jurídicos para a declaração de inexigibilidade de processo licitatório para aquisição de equipamentos que só podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo:

Contém vício por ilegalidade no elemento forma.

22) Acerca do controle da atividade desempenhada pela administração pública, assinale a opção correta.

O controle de mérito dos atos administrativos cabe à própria administração pública.

23) Os policiais federais Jorge e Rodolpho, no exercício da função e de forma dolosa, receberam vantagem econômica direta, consistente em propina no valor de 10 mil reais, para tolerar a prática de contrabando em aeroporto internacional por determinada organização criminosa. No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/92 (com alterações da Lei nº 14.230/21), os policiais federais:

Praticaram ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e estão sujeitos, entre outras, à sanção de suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos.

24) A regra do concurso público consubstancia norma jurídica realizadora, entre outros, dos princípios da isonomia e da impessoalidade, assegurando a liberdade de oportunidades iguais de acesso ao serviço público.

Nesse domínio, segundo a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, analise as assertivas abaixo:

I. A divulgação, ainda que a *posteriori*, dos critérios de correção das provas dissertativas ou orais não viola, por si só, o princípio da igualdade, desde que os mesmos parâmetros sejam aplicados uniforme e indistintamente a todos os candidatos.

II. A contratação de servidores sem concurso público, quando realizada com base em lei municipal autorizadora, caracteriza o ato de improbidade administrativa, em razão do dolo genérico do gestor público.

III. O candidato aprovado em concurso público possui direito subjetivo à nomeação quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração.

IV. A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação. E

V. O Poder Judiciário, no controle de legalidade, pode excepcionalmente exercer juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame.

Estão CORRETAS as assertivas:

I, III, V

25) Acerca dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que:

A revogação é prerrogativa da Administração Pública e representa controle quanto ao mérito de um ato administrativo discricionário.

26) O ato de revogação de remoção a pedido deferida, praticado por autoridade competente antes da publicação em diário oficial, em razão de aposentadoria voluntária superveniente de outros três servidores no setor de lotação originária do servidor interessado, está baseado diretamente no princípio da administração pública da:

Autotutela, pois pode revogar seu anterior ato, de forma discricionária, para atender ao interesse público.

27) Um servidor da Receita Federal, em março de 2022, de forma livre e consciente, revelou fato de que tinha ciência em razão das suas atribuições e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento indevido a terceiro por informação privilegiada. Consoante dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/21), o servidor:

Praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública (Art. 11 da Lei nº 8.429/92) e não está sujei-

to a perda da função pública, por ausência de previsão legal.

28) Caso a administração pública vise a contratar objeto em que há impossibilidade, com precisão suficiente, de definir as especificações técnicas, pode-se utilizar licitação na modalidade:

Diálogo competitivo.

9. Dentro da estrutura organizacional brasileira, algumas entidades possuem características peculiares, a exemplo do Ministério Público. Acerca dessas características, analise as proposições abaixo:

I. O Ministério Público é uma instituição permanente e independente, cuja estrutura e atribuições são disciplinadas diretamente pela Constituição Federal, vinculando-se ao Poder Judiciário para fins orçamentários.

II. Apesar de não pertencer à estrutura do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, o Ministério Público mantém relação jurídica direta com a entidade federativa respectiva (federal, estadual ou distrital), especialmente para fins orçamentários e financeiros.

III. O Ministério Público é desprovido de personalidade jurídica autônoma, embora possua capacidade processual geral e irrestrita para o exercício das atribuições constitucionais e legais no interesse da coletividade e dos direitos indisponíveis.

IV. O controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público é exercido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, excetuado o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros em razão do princípio da independência funcional.

Assinale a opção correta:

Apenas os itens II e III estão corretos

30) Os atos emanados da administração pública que produzam danos estarão sujeitos à responsabilidade civil. No que tange aos atos legislativos:

A responsabilidade civil é atribuída ao Estado quando a lei, objeto de declaração de inconstitucionalidade, produz danos aos particulares.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31) Segundo a interpretação do art. 127 da Constituição, o Ministério Público NÃO é parte legítima para:

propor ações civis em defesa de direitos individuais de contribuintes de um determinado imposto.

32) Por “direito líquido e certo” entende-se:

os direitos do administrado que podem ser demonstrados documental-mente, sem a necessidade de instrução probatória processual.

33) Segundo interpretação consolidada do STF, os tratados de direitos hu-manos ratificados pelo Brasil e aprovados anteriormente à edição da Emenda Constitucional 45/2004, em procedimento legislativo ordinário, possuem grau hierárquico de:

norma infraconstitucional, mas supralegal.

34) Compete à Justiça Federal de primeiro grau processar e julgar:

crime de roubo praticado contra carteiro, empregado da Empresa Brasilei-ra de Correios e Telégrafos – ECT, no exercício da função.

35) Segundo a Constituição, NÃO é um bem pertencente à União no Esta-do do Rio de Janeiro:

imóvel alugado de particular, onde funciona agência da Caixa Econômica Federal.

36) A seguinte norma constitucional ilustra adequadamente característica de uma norma-princípio, em contraste com as normas que têm natureza de regra jurídica:

é inviolável a liberdade de consciência e de crença.

37) Assinale a alternativa correta:

lei penal prejudicial incide sobre crimes permanentes, ainda não exauri-dos após a entrada em vigor da nova norma penal, mesmo que sua execu-ção tenha se iniciado antes da vigência da norma *in pejus*.

38) Assinale a alternativa incorreta:

todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sendo apenas exigida prévia aprovação do órgão de trânsito do Município.

39) Atualmente, em relação à matrícula de crianças em creche, a jurispru-dência:

admite o controle judicial, pois há parâmetros jurídicos aplicáveis.

40) É exemplo de discriminação *indireta*, contrária ao princípio constitui-cional da igualdade:

exigência de “boa aparência” em seleção de emprego para hotel.